

FORTIFICAÇÕES BRASILEIRAS – IPHAN

Reporto-me aos entendimentos ocorridos, em 2000, entre o IPHAN e a Diretoria de Assuntos Culturais (DAC) – hoje Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército (DPHCEX) - órgão que, no Exército, trata dos assuntos históricos e culturais. Esses entendimentos foram movidos pelo interesse comum de construir mecanismos e procedimentos voltados para o amplo tema das Fortificações Brasileiras: o levantamento, o registro, a disseminação geográfica, a temporalidade, a história, os contextos político, econômico, militar, a preservação e o uso. Pretendia-se construir uma visão geral de um assunto da maior importância para a sociedade brasileira que envolvia a posse e a manutenção do território nacional, a construção de nosso país e ao mesmo tempo estabelecer para que esse valiosíssimo patrimônio fosse preservado. Lembro-me do apoio recebido do Centro de Documentação do Exército, detentor de um riquíssimo acervo documental. A Fundação Cultural Exército Brasileiro (FUNCEB), logo após a sua instituição, no início de 2001, dedicou-se a esse trabalho de investigação e, também, de gestão. Inúmeras Associações voltadas para as Fortificações Brasileiras receberam apoio e estímulo da FUNCEB. Foi instituído o “Projeto Muralhas de Pedra, Canhões de Bronze e Homens de Ferro” que tem em vista realizar uma ampla investigação sobre as Fortificações Brasileiras e difundir o conhecimento produzido. Foi concebida, então, a edição da obra em quatro volumes: “MURALHAS DE PEDRA, CANHÕES DE BRONZE, HOMENS DE FERRO”. Já foram editados dois volumes dessa coleção e o terceiro está em fase de impressão. Esse trabalho é coordenado e desenvolvido pelo Prof. Adler Homero Fonseca de Castro, com colaborações do Prof. Mário Mendonça e do Prof. Marcos de Albuquerque. Está sendo planejado um Simpósio, de nível internacional, sobre as Fortificações Brasileiras, a ser realizado em 2015. As pesquisas já desenvolvidas, no âmbito do referido Projeto, apontam para mais de mil fortificações construídas no território nacional. O livro de autoria do Coronel Aníbal Barreto, “Fortificações Brasileiras”, editado, em 1958, pela Biblioteca do Exército, talvez o último que faz uma abordagem geral do assunto indica de acordo com levantamentos realizados na época um total de trezentas fortificações existentes no Brasil. Oito anos depois, em 2008, foi realizado um encontro do qual participaram o IPHAN, a DPHCEX, órgãos da Marinha Brasileira e estudiosos do assunto. Essa reunião enfocou alguns dos aspectos relacionados a Fortificações Brasileiras que haviam suscitado os entendimentos de 2000. O **pano** de fundo a motivar os interesses que

possibilitaram as tratativas já realizadas e em desenvolvimento é o papel histórico desempenhado pelas Fortificações Brasileiras na posse e na manutenção do território brasileiro e a preservação desse patrimônio que registra esse processo fundamental para a nossa sociedade. Esse esforço grandioso para garantir aos brasileiros o seu espaço geográfico é atualíssimo, principalmente, na imensa fronteira Norte, detentora de riquezas guardadas, de variedades de vegetação desconhecidas, de águas que são o único meio a ligar paragens nunca visitadas pelo homem. A Amazônia Legal brasileira se estende por uma área de cerca de 5 milhões de Km², equivalente a 58% do território brasileiro, a 40% da superfície da América do Sul, 1/20 de toda a superfície da Terra. Nessa área cabe toda a Europa, com exceção da Rússia. A região possui 1/5 de toda a água doce do planeta, 11.248 km de fronteiras, 23.000 km de rios navegáveis. A grandiosidade do trabalho realizado por nossos antepassados está inscrita na história das Fortificações Brasileiras, que, na verdade, resultou do esforço conjunto de diplomatas, de trabalhadores, de empresários, de militares e de outros segmentos da nossa sociedade em construção. As motivações que moveram esses personagens em viver e construir o Brasil permanecem em nossa atualidade, agora se contrapondo a ameaças revestidas de novas roupagens. Fortificação é uma expressão genérica que nomeia: fortes, fortalezas, fortins, baluartes, pontos fortes, redutos. Mas quando nos referimos a “Fortificações Brasileiras” não estamos falando apenas das edificações e das suas condições arquitetônicas, mas, suscitamos outros aspectos construtivos desse conceito: a sua historicidade, as questões políticas, econômicas e as puramente militares relacionadas à estratégia e à tática. “Fortificações Brasileiras”, também, não designam somente a reunião dos elementos constitutivos de um conjunto de objetos considerados os fatores que delimitam as suas identidades, mas sim todas as fortificações do Brasil, no quadro da evolução histórica do nosso país. Essa temporalidade é que possibilita o entendimento da expressão “Fortificações Brasileiras”. Portanto, há que se construir uma compreensão geral que dê sentido e permita acolher os casos particulares das Fortificações existentes no Brasil. Esse quadro conceitual afastaria a visão “rizomática”, fragmentária da realidade, que impossibilita a percepção do todo e dificulta a ação, inclusive a política e a administrativa. Em um universo de mais de mil exemplares, qual a prioridade para iniciar o processo de tombamento, sempre minucioso e custoso, ou para distribuir os recursos necessários à preservação do bem? De certo, o atendimento dos pleitos movidos por interesses pontuais pode ser um procedimento facilitador dos processos de tombamento. Mas seria esse o mecanismo adequado? A fortificação é

sempre defensiva; pretende se contrapor a uma possível ação ofensiva do inimigo mesmo quando se insere em uma perspectiva estratégica de lançar os pontos iniciais para a posse do terreno as ações táticas decorrentes tornam evidente seu caráter defensivo. A fortificação é dissuasória, isto é, lá está com sua estrutura arquitetônica, grandiosa ou não, e com seu armamento para desestimular a ação ofensiva do inimigo. A sua condição estática e o seu caráter dissuasório exigem que ocupe pontos dominantes no terreno, facilitadores da visão ampla, em profundidade e largura, e nas confluências e embocaduras dos rios. Mas as fortificações sucumbiram aos fatores da mobilidade e ao desenvolvimento das tecnologias de propulsão. Os meios de ataque se tornaram móveis, podendo ocupar, rapidamente, qualquer lugar no espaço, inclusive o aéreo. Os modernos sistemas de propulsão permitem localizar bases de ataques em locais cada vez mais afastados dos alvos. Após a II Guerra Mundial, progressivamente, se tornaram alvos fáceis dos fogos de navios, das aeronaves e de bases situadas em locais longínquos. De modo que as fortificações, ainda em operação no Brasil naquelas épocas começaram a ser desmobilizadas. Grande parte delas passou a integrar o patrimônio administrado pelo município ou pelo estado em que se encontravam. Em alguns casos, foram organizadas associações de apoio à preservação do patrimônio cultural, constituído por essas edificações. As fortificações que permaneceram sob jurisdição militar sofreram transformações, não na sua estrutura arquitetônica, mas nos seus usos. Os aquartelamentos em que se situavam passaram a ter outros empregos: centros de estudos e de pesquisas, quartéis gerais, quartéis para tropas com outros empregos táticos, diferentes daqueles originais, centros culturais e museus voltados para a sociedade em geral. Outro aspecto cultural a considerar, inerente ao conceito de Fortificações, diz respeito à especialização dos recursos humanos voltados, especificamente, para a Artilharia de Costa que operavam os equipamentos e o armamento constitutivos desse elemento do combate defensivo. A técnica de tiro para esse tipo de artilharia, um tiro tenso, próprio do canhão e não do obus, era grandemente afetada pela mobilidade do alvo e pelas condições meteorológicas – visibilidade, direção e velocidade do vento e outros fatores. Essa técnica de tiro exigia saberes particulares e o desenvolvimento de instrumentos específicos que foram acumulados ao longo dos anos e constituíram um riquíssimo acervo cultural. É uma ficção tentar compreender o conceito de “Fortificações”, considerando, apenas, aspectos políticos, econômicos e arquitetônicos, sem levar em conta a sua funcionalidade, as questões operativas puramente militares. Essa redução conduz ao entendimento fragmentário do

tema, em que se avalia como ocorre algumas vezes, a importância histórica, política e militar da fortificação considerando, fundamentalmente, a participação de sua guarnição em episódios que não se referem à sua funcionalidade, deixando-se em segundo plano aspectos essenciais determinantes da existência de tal ou qual fortificação e que lhe dão sentido. Ocorre, também, que grande número de fortes e fortalezas que, originalmente, ocupavam locais de pouca densidade demográfica, com o desenvolvimento das cidades em que se localizavam, passaram a ser envolvidos na rede urbana, processo que provocou o deslocamento dessas Fortificações da periferia para o centro sem que efetivamente ocorresse a mudança do local em que inicialmente haviam sido construídas. Esse “deslocamento” deu origem a inúmeras questões nas quais as Fortificações passaram a ser envolvidas, ressaltando: as tensões entre, de um lado, as associações comunitárias, que se preocupam com a preservação ambiental das áreas circundantes ao espaço em que vivem e de outro lado, o interesse de grupos imobiliários. No caso das Fortificações ainda sob jurisdição militar, a maioria delas detém amplos espaços, muitas vezes com vegetação exuberante, que faz parte do sítio de proteção da Organização Militar a ser preservado, mas esses espaços são cobiçados. De modo que as Organizações Militares, com o decidido apoio dessas associações, têm impedido o avanço desses interesses. Apenas para exemplificar, cito a área do Forte Duque de Caxias, no bairro do Leme, na cidade do Rio de Janeiro, que ocupa um amplo sítio de Mata Atlântica, que sobe por uma elevação que dá acesso ao Forte do Vigia, dominante em uma cota de 124 metros do cenário de insuperável beleza da Praia de Copacabana. Local preservado e aberto à visitação pública. No caso das Fortificações cujos patrimônios passaram para a jurisdição civil essas tensões também ocorrem, envolvendo as instâncias detentoras desse patrimônio e os grupos com interesses imobiliários; outra questão a ser considerada diz respeito ao uso a ser dado ao patrimônio, o que exige investimentos iniciais relevantes e nem sempre disponíveis. No caso dos patrimônios sob jurisdição militar, apesar da carência de recursos financeiros, tem sido feito um grande esforço para preservar o bem e, ao mesmo tempo, dar-lhe um uso adequado, tornando-o público. São inúmeros no Brasil os casos exitosos em relação a esse aspecto. As “Fortificações Brasileiras” se disseminaram pelo espaço geográfico brasileiro levando em conta, fundamentalmente, a percepção da possível ameaça do inimigo; foram erigidas em locais indicados pela estratégia político – militar de conquista, expansão e domínio do território. Também, ocuparam posições que podiam servir de apoio a ações de proteção ao comércio, a atividades extrativistas e ações contra

os ataques indígenas. Em uma perspectiva geral, inicialmente e até mais ou menos a 1700 se disseminaram pela linha litorânea protegendo cidades e, principalmente, os centros do poder político, econômico e administrativo contra os inimigos externos, concorrentes na colonização do Novo Mundo: espanhóis, franceses e holandeses. Depois, a partir do começo do século XVIII inflectiram para Oeste, estabelecendo bastiões para a expansão portuguesa além de Tordesilhas e para defender a região norte, particularmente a Amazônia, contra pretensões de holandeses, ingleses e espanhóis. Posteriormente, a partir de 1750, começaram a surgir às fortificações ao sul do Paraná, no atual Mato Grosso do Sul e em Rondônia, como consequência da política de posse dos territórios a Oeste e das ameaças de um novo inimigo externo, não mais extracontinental. Mas as fortificações têm características construtivas próprias que a singularizam dentro das famílias arquitetônicas e lhes emprestam uma linguagem plástica, o que permite considerá-las obras de arte. Os planos em que se desenvolvem as suas volumetrias, as suas assimetrias e simetrias, as suas formas em estrela, quadrilátero e pentagonal, as contraposições das saliências em ângulo agudo dos baluartes com as cortinas alongadas e recuadas configuram a riqueza da composição de uma obra de arte. Mais ainda, as Fortificações são lugares de outros produtos culturais, que possibilitam a ocorrência de um riquíssimo acervo documental, iconográfico, cartográfico e de variados instrumentos e objetos decorrentes das suas funcionalidades. Nesse relato vamos tratar de seis fortes e dos muros da base naval de Ladário, localizados na região amazônica e no Oeste brasileiro. As fortificações estão localizadas em pontos diferentes e foram construídas em épocas distintas, apresentando estados de conservação diferenciados. “A região de Óbidos”, no Pará, foi sempre foco de atenção nos planos de organização de um sistema de controle do tráfego marítimo no rio Amazonas. A peculiaridade de Óbidos é que o rio se estreita acentuadamente, de modo que a distância entre as margens diminui para até 1700 m, o que a situava dentro dos limites de alcance do material de artilharia existente na época. Portanto, o fechamento da via fluvial poderia acontecer se Óbidos sediasse uma posição fortificada e artilhada com material adequado. Em diferentes épocas e em diferentes locais foram construídos fortes na região da cidade de Óbidos (Pauxis, Óbidos, Serra da Escama). Inicialmente, trataremos do “Forte de Óbidos”, construído de 1853 a 1854. Ocupava uma posição às margens do Amazonas que batia o ponto mais estreito do rio. O projeto deste forte previa duas posições: uma bateria alta (a fortificação ainda hoje existente, denominada “o forte da vila”), 15 metros acima do nível do rio, e uma bateria ao nível do rio, construção

terminada apenas em 1865, com uma dimensão muito menor do que a projetada, em razão dos seus custos. Em 1924, essa bateria baixa foi demolida. Também se cogitou estabelecer, na outra margem do rio, outra bateria complementar, o que não se concretizou. Talvez tenha sido uma das únicas posições permanentes erigidas entre a Regência (1831) e a Questão Christie (1863), quando se passou a adotar a estratégia móvel de defesa. Pode ser considerado um exemplar da política de marcar a presença militar brasileira em uma região vulnerável à ação de um inimigo externo, que atuava (ou ainda atua) em proveito de uma estratégia de internacionalização da Amazônia. Esses dois valores lhe emprestam um papel de forte conteúdo histórico, o que recomenda a sua inscrição no Livro de Tombo Histórico, juntamente com os canhões Paixhans calibre 80 que guarneciam a posição. Torna-se dispensável a indicação de uma área de proteção já que a fortificação está inserida no centro do núcleo urbano, com casas que chegam a tangenciar os muros da Fortificação. O “Forte da Escama”, situado na Serra da Escama, em Óbidos, no Pará, foi construído em 1909, de acordo com um plano de defesa, concebido no final de século XIX, de modo a oferecer condições de proteção a alguns portos e locais considerados estratégicos. O “Forte da Escama” ou “Forte da Serra da Escama” não se confunde com o “Forte de Óbidos” (I, II), construídos e reconstruídos no final do século XVII e nos meados do século XIX e que praticamente deram origem à cidade de Óbidos; no entanto, as motivações estratégicas dessas fortificações permaneceram as mesmas: aproveitar o estreitamento do Rio Amazonas. Contudo, a evolução do material de artilharia, ocorrida a partir de 1850, permitiu o aparecimento de peças com alcance superior a 5000m. Esse desenvolvimento tecnológico conduziu a uma modificação tática na área de Óbidos: localizar a posição defensiva nas elevações próximas à cidade. O Forte da Serra da Escama, um novo Forte, situado nessas elevações e provido de canhões com alcance de mais de 5 km poderia bater mais profundamente um vetor fluvial que se deslocasse pelo leito do rio. Mas, quanto ao seu poder de fogo, era uma posição modesta guarnecida por uma bateria (1ª Bateria do 4º Grupo de Artilharia de Costa depois denominada 8ª Bateria Independente), mais ou menos, o valor equivalente a um terço, em canhões e pessoal, ao de um Grupo de Artilharia. Na verdade, quanto ao “Forte da Escama” não há registro de nenhuma operação militar da qual essa fortificação tenha efetivamente participado, mas desempenhou a função de fator dissuasório como posição defensiva e como as demais fortificações, foi elemento importante na posse e manutenção do território brasileiro. Ainda, sob o ponto de vista histórico, não relacionado à posição defensiva em si,

registra-se a participação dos militares que guarneciam o Forte em dois episódios políticos: a Revolução de cinco de Julho de 1924 (Revolução dos Tenentes) e a Revolução Constitucionalista de 1932. Depois de desativado, um efetivo de valor aproximado de uma Companhia de Infantaria (mais ou menos 120 homens) permaneceu, até 1967, no local fazendo a vigilância aproximada da região e cuidando do patrimônio lá existente. Atualmente está sob a responsabilidade da Prefeitura de Óbidos. Esse Relator recomenda o tombamento dos remanescentes do “Forte da Serra da Escama” com a inscrição no Livro de Tombo Histórico, juntamente com o material de artilharia que guarnecia a posição. O “Quartel General Gurjão”, na verdade, constituía-se no aquartelamento da tropa que guarnecia o “Forte da Serra da Escama” de dimensões exíguas que não lhe permitiriam alojar cerca de 150 homens, o possível efetivo que operava as peças constitutivas dessa posição defensiva. Projetado por uma Comissão da Vila Militar da capital federal, localizava-se um pouco abaixo do “Forte da Serra da Escama”, em um terreno plano, denominado Praça do Bom Jesus. Foi inaugurado em 1909. O Projeto inicial previa três pavilhões dos quais foi construído apenas o da frente, com três pavimentos: no primeiro pavimento instalou-se o serviço de Intendência (o rancho e a reserva de materiais); no segundo pavimento, provisoriamente, ficaram o xadrez, os alojamentos de praças, o Estado – Maior, o serviço de saúde e a escola regimental; no terceiro, o Gabinete do Comando, a Secretaria e a Casa de Ordens. A edificação era ampla, arejada, com boa iluminação natural e contrastava, na época, com o padrão das demais edificações da cidade. Na verdade, reproduzia o modelo arquitetônico das instalações militares do Brasil, ainda inspiradas na influência do modelo alemão, propagadas pelos “jovens turcos”, oficiais brasileiros que em sucessivas viagens de estudo à Alemanha (1906,1908 e 1910), traziam para o nosso país novas ideias para modernizar o Exército, não só quanto à doutrina de emprego, mas também quanto ao treinamento, aos equipamentos e às instalações militares. De modo que deve ser acolhida com cautela a interpretação de que o “Quartel do Gurjão” tivesse as suas linhas construtivas inspiradas pela expressão soldado-cidadão, pelos ideais de dispensar, na época, ao soldado (ou ao recruta), um tratamento que favorecesse ou elevasse à condição de cidadão um homem recrutado nos extratos mais modestos da sociedade. Certamente, as motivações dos traçados da arquitetura militar daqueles momentos não se inspiravam nesses resultados. Basicamente, o que se pretendia em relação às instalações militares era dar melhores condições de conforto a todos os usuários desses espaços, uma evolução natural das

condições de habitabilidade dessas construções. Em razão de algumas afirmações apresentadas neste processo, torna-se necessário um exame mais demorado das finalidades da educação e do treinamento militar, das funcionalidades e da arquitetura das escolas militares e dos quartéis. Sem procurar refutar a profunda interpretação de Foucault sobre a genealogia sobre a arqueologia do saber (e a genealogia do poder), é sensato tentar “capturar a verdade” também em outras fontes, com “outros olhos”. É certo que as palavras no decorrer do tempo, mudam de sentido, os desejos de direção, as ideias alteram as suas lógicas originais, dificultando a recuperação do traçado lento da história, mas, no entanto, os saberes do homem em relação à natureza e ao próprio homem, decorrentes da perseguição continuada, persistente, resultaram em crenças, explicações e compreensões, codificadas e estruturadas nas disciplinas do conhecimento humano. Não é possível deixar de considerar essa evidência. A própria identificação das descontinuidades, da interrupção, resulta de um conhecimento prévio. Dentro desse debate a Educação pode ser entendida como um instrumento de opressão, de submissão do homem, de castração. Nessa perspectiva, os currículos, os objetivos educacionais, a didática, a configuração da sala de aula, a arquitetura escolar são apenas elementos de dominação para reproduzir padrões sociais, de docilização do corpo e das mentes. Mas existe outro olhar sobre o significado da Educação. Como diz Brameld, as principais funções da Educação decorrem das suas finalidades: o mais poderoso instrumento para a preservação e a renovação da sociedade e da cultura. De modo que a natureza das instalações militares, principalmente, aquelas destinadas às Escolas de Formação, incluídas nessa classe, as direcionadas ao abrigo e ao treinamento do recruta podem ser percebidas não como locais “de segregação” e de “encarceramento”, mas de acordo com uma visão educacional fundada em teorias das ciências do comportamento humano. Dentro dessa perspectiva, esses espaços seriam elementos reforçadores das atitudes e dos valores centrais do ofício do militar. Espaços constituídos de amplos pátios e alojamentos, facilitadores da integração social, do exercício da cooperação, dos deslocamentos realizados em grupo, sob um comando; portadores dos sinais que constituem o aparato dessa vida coletiva. Locais para a formação de um tipo de recurso humano direcionado ao combate, **em que,(onde?)** em situação limite a sua vida estará em jogo. A formação desse especialista exige fundamentalmente, além de uma base cognitiva, o desenvolvimento de atitudes e valores tais como: a liderança, a disciplina, o sentido da hierarquia, a cooperação, a compreensão do outro, entre outros atributos. O aprendizado de atitudes e valores pressupõe uma didática especial, diferente daquela em

que se realiza a aprendizagem em nível cognitivo. O desenvolvimento da cooperação, da responsabilidade, da disciplina, da hierarquia, da compreensão do outro, da dedicação, da iniciativa, do tato, enfim, dos atributos que têm uma variável emocional bem nítida, se faz, especialmente, com procedimentos fundamentados na modelação, na aprendizagem social, na dissonância cognitiva, na percepção das circunstâncias ambientais. As evocações verbais, as palestras, as exortações não são os procedimentos mais produtivos para desenvolver atitudes e valores. Daí porque a promoção desses construtos, em situação educacional, exige ambientes (clima social, espaços, normas de conduta) facilitadores e reforçadores desses atributos. A arquitetura dos quartéis, das escolas e de outras dependências militares está submetida a esses princípios. Portanto, entendemos que o fator determinante para o tombamento do “Quartel do Gurjão” reside no seu enlace com o “Forte da Serra da Escama”, do qual é um elemento integrante. Em consequência, recomendamos que o “Quartel General Gurjão”, localizado na cidade de Óbidos, Pará, bem como o estádio “Rego Barros”, adjacente, seja tombado e inscrito no Livro de Tombo Histórico. A poligonal de tombamento do conjunto “Forte da Serra da Escama” e do “Quartel General Gurjão”, incluindo o estádio “Rego Barros” é a definida na página 332 e a poligonal de entorno a constante na página 335, ambas, do Volume 2 do Anexo I do Processo 1028-T-80. “O Forte Vera Cruz do Monte do Calvário” (inicialmente conhecido com o nome de “Forte de Nossa Senhora da Conceição”) foi construído após a conquista do Maranhão, em 1620, no município de Rosário, restando apenas às ruínas desse patrimônio histórico. É um dos raros exemplares, talvez o mais antigo existente no Brasil, da arquitetura militar de transição de um forte do período medieval para o de artilharia. Inicialmente, o seu objetivo estratégico era garantir a defesa dos moradores dos engenhos contra a ação dos indígenas. Mas está associado, também, a alguns acontecimentos importantes da história brasileira: foi ocupado pelos holandeses em 1641; foi cenário da primeira rebelião contra o invasor, acontecimento que antecedeu à Restauração Pernambucana, em 1645; participou, também, dos episódios de repressão à revolta da Cabanagem. Portanto, recomenda-se o tombamento das ruínas do “Forte Vera Cruz do Monte do Calvário”, com inscrição nos Livros de Tombo Histórico e Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, por representar um patrimônio: indicador de um tipo de arquitetura defensiva associado à permanência de modelos arcaicos no Brasil, constituindo-se num dos raros exemplares com essa característica; representativo da estratégia de defesa de territórios e comunidades no interior do Brasil; associado a importantes acontecimentos da história de nosso país – as

Guerras Holandesas e a Revolta da Cabanagem. Registre-se que o “Forte de Vera Cruz do Calvário” foi tombado pelo Estado do Maranhão em 1990. As propostas das poligonais de tombamento e de entorno são as indicadas nas páginas 144 a 150 do Volume I do Anexo III do Processo 1580 – T-09. ”Ruínas do Forte São Joaquim do Rio Branco”, do município de Boa Vista, em Roraima. O “Forte São Joaquim” foi construído durante os anos de 1765-1775, na confluência dos rios Uraicuera e Itacutu, na margem esquerda do rio Branco. Seus objetivos estratégicos eram assegurar a posse das grandes extensões de terra decorrentes da fixação das novas fronteiras estabelecidas pelo Tratado de Madrid (1750) e o rompimento dos limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas, firmado entre Espanha e Portugal. É, portanto, um exemplar dos efeitos da política de posse e manutenção do território nacional, que, na época, estava sendo construído. As intenções de espanhóis, de holandeses e ingleses, na região, exigiam não só tratativas diplomáticas, mas também, a ação militar para proteger os interesses de Portugal, na época. Interesses que, mais tarde, iriam constituir a imensa base físico-geográfica do Brasil. Registre-se o seu papel no processo de destruição dos “Estabelecimentos” espanhóis da região: o Forte de San Juan Batista de CadaCada e a povoação de Santa Rosa. O “Forte São Joaquim” talvez expresse, com maior nitidez, essa destinação de vigilância e de proteção do nosso território nacional, destinação, que, de resto, está sempre presente, talvez, com menor intensidade, em todas as Fortificações erigidas na região amazônica. “Forte de São Joaquim” é o nome do 7º Batalhão de Infantaria de Selva, atual integrante da Brigada de Infantaria de Selva com sede em Boa Vista. Esse sentido de proteção e vigilância inspirou a constituição de 8 Brigadas de Infantaria de Selva, grandes comandos com estruturas variadas, de 22 Pelotões de Fronteiras, de 4 Destacamentos de Selva, disseminados pelos limites longínquos do nosso território. Claro que essas organizações, embora apoiadas por meios de transporte aéreos (helicópteros), não são, de longe, as suficientes para a vigilância e a proteção da imensa região amazônica, mas constituem um grande esforço do estado brasileiro para, inspirado no papel das fortificações, manter a posse do território e a soberania nacional, ainda sujeita a fortes ameaças em nossa atualidade. Quer dizer, a defesa estacionária, inerente à condição de imobilidade da Fortificação, foi substituída pela defesa móvel, que se viabiliza na capacidade de locomoção nos ambientes aquático, aéreo ou terrestre, nas possibilidades de comunicação, oferecidas por novas tecnologias, na letalidade das armas de longo alcance. A dissuasão, que, no caso das Fortificações, decorria da concretude da monumentalidade arquitetônica, da sua imponência, da leitura dos sinais

que, prontamente, se apresentavam ao atacante, agora, com a defesa móvel, ampara-se na intangibilidade, na surpresa, na fragmentação do contra-ataque, que pode surgir de qualquer lugar, de modo concentrado ou não, na imprevisibilidade do golpe, na dissimulação. Por tais motivos é muito mais inibidora, isto é, paralisa o atacante, pois lhe apresenta a possibilidade, provável, de que um eventual ataque desencadeará uma resposta muito mais devastadora do que os danos previsíveis de serem infringidos ao defensor. É claro que esse novo sistema é muito mais dispendioso, exigindo constante atualização tecnológica e a permanente capacitação de recursos humanos. Propõe-se, portanto, o tombamento das ruínas do “Forte São Joaquim”, em como dos seis canhões coloniais, que o guarneciam, com inscrição no Livro Histórico e no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, em razão: de sua participação no processo de expansão portuguesa na Amazônia, especialmente, nas ações que se referem às instalações espanholas na região; Forte de San Juan Batista de CadaCada, no rio Uraricoera e a povoação de Santa Rosa, no rio Uraricapara; por ser um exemplar significativo da política de posse e manutenção do espaço territorial brasileiro na área; por oferecer elementos para o entendimento da colonização da Amazônia, particularmente no que se refere ao tratamento dispensado aos indígenas. Registre-se, que, do Forte original, persistem apenas vestígios da edificação principal, o que não deverá se constituir obstáculo para a sua preservação e revitalização. O tombamento, também, deverá alcançar os seis canhões associados ao Forte. Por fim, ressalte-se que o Forte São Joaquim foi objeto de tombamento estadual em 2001. As poligonais de tombamento e de entorno são as definidas, respectivamente, nas páginas 271,272 e 273 do Volume 2 do Anexo IV do Processo 1504-T-02. “Forte Junqueira” Essa fortificação foi construída, em 1872, na cidade de Corumbá, Mato Grosso do Sul, com a finalidade de integrar um sistema de defesa a ser estabelecido na região, após a expulsão dos Paraguaios. Participaria de uma linha de resistência constituída pelas posições de São Francisco, Conde D’Eu, Duque de Caxias, Major Gama, Santa Cruz e o Forte Junqueira, com o objetivo principal de impedir um desembarque fluvial na cidade de Corumbá. Dessa linha de resistência restou o “Forte Junqueira”. Na verdade, é um reduto, isto é, uma posição defensiva fechada, com apenas uma frente artilhada, a face Leste que dá para o Rio Paraguai. Tem um perímetro de 160 m. A sua forma geral é a de um retângulo, com dois torreões quadrados, um a Oeste e outro a Sul. A sua relevância histórica reside no fato de ser uma das poucas fortificações construídas no Brasil durante a Regência, após a implantação, em 1831, da política de redução dos efetivos militares e em se constituir

no derradeiro exemplar do sistema de defesa estabelecido, após a Guerra do Paraguai, para proteger a região de Corumbá, valores que recomendam sua inscrição no Livro de Tombo Histórico. Ocupa uma área sob a jurisdição do 17º Batalhão de Fronteira, Organização Militar do Comando do Exército, que tem como principal missão garantir a integridade da fronteira Oeste do Brasil. Com a finalidade de proteger o bem patrimonial proposto para tombamento e, ao mesmo tempo, possibilitar à Organização Militar o exercício de suas funcionalidades, submetemos a esse Conselho a poligonal de entorno definida pelos seguintes pontos: Ponto A (18° 59' 48,7'' S-57° 38' 11,8'' W), Ponto B (18° 59' 46,1'' S – 57° 38' 13,1'' W), Ponto C (18° 59' 46,3'' S- 57° 38' 08,4'' W), Ponto D (18° 59' 47,5'' S – 57° 38' 08,8'' W). Base Fluvial de Ladário, em Ladário, Mato Grosso do Sul. A “Base de Ladário”, no que se refere ao seu valor histórico, apresenta aspectos especiais, pois a sua instalação na região em que se localiza decorreu da reconfiguração da estratégia militar. Após os episódios da Guerra do Paraguai, ficou evidente a necessidade de reforçar as defesas brasileiras em uma área carente de atenção mais efetiva do estado brasileiro. Foram então deslocados para essa região consideráveis efetivos do Exército, foi planejada e desenvolvida uma linha de defesa em posição, constituída por fortificações de níveis variados (fortes, fortins, baterias, redutos), empreendeu-se um grande esforço para levar, àquelas paragens, recursos necessários a uma maior integração ao restante do Brasil, como o telégrafo, que começou a operar em 1904. Ainda, dentro dessas providências, foi concebida a instalação de um Arsenal Militar de Marinha de modo a apoiar, mais efetivamente, os meios fluviais militares. Era uma iniciativa importante porque, também, os navios de guerra (flotilhas) aumentaram sua presença no rio Paraguai, que se constituía em uma importante via de acesso ao Paraguai e à Argentina. Então, preliminarmente, é preciso compreender que a “Base de Ladário” não se revestia e não se reveste de um papel estratégico semelhante ao desempenhado por um forte, uma bateria ou um reduto. Não tem em vista realizar uma ação tática defensiva de posse ou manutenção do terreno. A sua destinação é exercer o Comando e apoiar tecnicamente, ainda nos dias correntes, por meio da ação de Comando, de reparos, dos variados campos da logística e dos meios de comunicação os vetores de combate da Marinha Brasileira, na região de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O Relatório apresentado, em 1881, pelo Vice-Almirante Francisco Cordeiro Torres Alvim ao Ministro da Marinha a respeito de instalações e atividades da Base Naval instalada em Ladário indica os tipos de missões que lhe cabiam. Diz o Relatório: os seguintes setores da referida Base foram inspecionados “As

Companhias e Imperiais Marinheiros e Aprendizes de Marinheiros; Enfermarias e farmácias; Oficinas de máquinas, carapinas e construção naval; Depósitos de pólvora e velas; Almoxtarifado e Pagadoria; Secretaria; Moradia do Inspetor, ajudante, médicos; diretores das oficinas e patrão – mor; Capela; Via Férrea para Transporte de materiais pesados; Depósito de materiais bélicos; Capitania dos Portos e Força Naval, composta pelos navios da flotilha.” Era uma organização voltada para a coordenação e para a realização de serviços técnicos. As muralhas construídas, em 1873 ,tinham a função de proteger a própria base, especialmente (e quase unicamente) de uma ameaça proveniente do Rio Paraguai, mas era uma proteção tênue. A própria extensão da linha de muralhas, 2.300 m, circunscrevia uma área de exigência muito superior aos recursos humanos disponíveis para a defesa aproximada, caso ultrapassada a linha de fogo, estabelecida pelo artilhamento existente. É um exagero, uma inadequação, denominar-se “a Base de Ladário” de forte. Também, a classificação das muralhas da “Base de Ladário” como exemplar do traçado italiano tem de ser feita com cautela, pois a sua função defensiva, como posição de artilharia, é mais efetiva em um trecho muito pequeno, correspondente às peças que fazem face ao rio. Na sua maior extensão (em um perímetro de 2300 m), as muralhas carecem de requisitos estruturais, como a presença de um aterro de sustentação, para ser percebida como uma posição defensiva. Essa ausência de funcionalidade conduz ao entendimento que o desenho da muralha, em sua maior extensão, preencheria apenas um requisito ornamental, secundário. Mas aponta-se, também, como fator de seu valor histórico, a participação de seu efetivo em dois episódios políticos: em 1906, quando os navios que patrulhavam o rio Paraguai, transportaram contingentes do Exército em uma manobra dissuasória contra uma revolta de amplitude regional e durante a Revolução de 1932, ocasião em que serviu de base de apoio ao governo. Portanto, entendemos que o valor histórico central da “Base de Ladário” reside no fato de que é um exemplar representativo da mudança da política e da estratégia militar então adotada para a região, em decorrência da Guerra do Paraguai. Representa o interesse do estado brasileiro, na época, de dispensar uma atenção especial à questão da navegação fluvial, da maior importância para a região. Foi estabelecida com esse propósito. Suas muralhas, extensas, baixas, se adaptando às ondulações do terreno, são apenas elementos de proteção para as atividades que se desenvolviam no Arsenal. De outro lado, não é possível abstrair que a “Base de Ladário é, ainda hoje, uma base naval fluvial e sede de um Distrito Naval, em plena atividade, voltada, especialmente, para as operações fluviais”. Uma das únicas, no Brasil, com esse tipo de

funcionalidade e que passa por um processo de modificação ampla para se adaptar à rápida evolução tecnológica do setor. As alterações nos equipamentos, nos sistemas de vigilância, nos armamentos, nas edificações para esse tipo de operação naval exigem vultosos investimentos e o desenvolvimento de projetos de longa duração, por vezes, superiores há uma década. Em um setor crítico, o da Defesa Nacional, em que os recursos financeiros não são tão abundantes assim. Portanto, recomendamos o tombamento das muralhas do 6º Distrito Naval, situado em Ladário, Mato Grosso do Sul, com inscrição no Livro de Tombo Histórico, juntamente com os canhões existentes, a ser inventariados posteriormente, como marcos representativos de importantes acontecimentos da história do nosso país. Com o objetivo de salvaguardar esse patrimônio cultural e, ao mesmo tempo, garantir o exercício e a expansão das funções do complexo naval de Ladário, que envolvem atividades de defesa nacional e de combate a ilícitos transnacionais, em uma região da maior importância para a soberania nacional, recomendamos, também, que o tombamento se limite às próprias muralhas, dispensando o traçado de uma linha poligonal de entorno e a definição de uma área non-aedificandi.

Esse é o relato.

Brasília, 11 de setembro de 2014.

Synésio Scofano Fernandes